

OPINIÃO

## **DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO GÁS NATURAL PARA A REGIÃO SUDESTE**

AUTOR

Wagner VICTER

Este artigo expressa as opiniões do autor, não representando necessariamente a opinião institucional da FGV

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO GÁS NATURAL PARA A REGIÃO SUDESTE

O início de 2023, com um novo Governo, já proporciona grandes debates em relação às posturas e estratégias que tendem a ser adotadas em consonância com o “Plano Decenal de Expansão de Energia 2032”, estabelecido pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Certamente, a questão do gás natural deve merecer muita atenção, especialmente na região Sudeste. No âmbito do executivo federal, já existem comprometimentos em discutir esse tema pelos titulares dos Ministérios da Indústria, Comércio e Serviços e o de Minas e Energia, considerando o grande potencial que a oferta do gás natural, em bases mais competitivas, traria para o processo de reindustrialização do Brasil.

O fato concreto é que a chamada nova Lei Federal do Gás (Lei 14.134/2021), anunciada com alarde como um avanço pelo governo anterior, não trouxe os resultados esperados para a sociedade, principalmente para uma série de segmentos econômicos, não só os industriais, mas também no setor de geração elétrica. Na verdade, mesmo com a expectativa gerada de que haveria aumento da oferta, interiorização e redução dos preços ao consumidor final, essas promessas não se concretizaram. Isso certamente tenderá a ser corrigido no âmbito do Congresso Nacional através de um novo marco legal complementar, já também conhecido como “Pro-Escoar” alinhado a propostas que começam a surgir da execução de obras de novos gasodutos através da estatal PPSA.

Especialmente no uso do gás para fins veiculares (GNV), em função da alteração tributária de 2022, houve uma redução relevante de sua competitividade frente à gasolina e etanol. Como também não foi feita a diferenciação de “preços de molécula”, continuando inexplicavelmente atrelado o preço do gás nacional a preços de commodities de energéticos internacionais, ocorreu uma desaceleração no consumo do GNV, trazendo impactos ambientais negativos com o fim do histórico processo que contribuía bastante na redução de emissões por centenas de milhares de veículos convertidos em uma ação objetiva alinhada aos princípios da Transição Energética. Além disso, o GNV ajuda a reduzir a dependência do dispêndio de divisas na importação da gasolina e funciona como uma das principais âncoras de demanda firme para viabilizar ramais de distribuição e interiorização do gás natural em estados que não têm forte presença industrial, como Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Da mesma forma, nesse novo debate, será importante definir que estratégias locais devem ser desenvolvidas, não só no âmbito dos produtores de petróleo e gás, mas também através das agências reguladoras estaduais e de suas concessionárias distribuidoras, como o caso específico do gasoduto da Rota 3 da Petrobras. Essa rota deve ter sua disponibilização somente

em 2024 e merece ter discutidas as sub-rotas terrestres de distribuição dentro do Estado do Rio de Janeiro a partir do City Gate que existirá na futura UPGN em Itaboraí.



Atualmente, existe uma pseudo disputa política em torno do gás proveniente do campo Bacalhau, operado pela norueguesa Equinor, entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. As duas alternativas em discussão são a Rota do Gasoduto 4a, entrando por Cubatão/SP, e a Rota 4b, entrando pelo Porto de Itaguá/RJ. A segunda opção é teoricamente mais razoável, devido ao seu potencial de criar um poderoso hub de desenvolvimento econômico para a Baixada Fluminense a partir do Gás Natural nacional.

Entretanto, essa disputa pode ser bastante mitigada com os anúncios feitos em 2022 pela Petrobras sobre potenciais no Campo de Aram, que poderiam eventualmente conectar-se com uma nova rota no Rio de Janeiro, sendo, nesse caso, mais adequado entrar por São Paulo. Há nessas futuras ofertas a possibilidade de evitar conflitos políticos naturais em uma lógica não só salomônica, mas também energética, já que a entrada de novos gasodutos pelo litoral fluminense favorece também sua interiorização para o Estado de Minas Gerais, com grande potencial de consumo.

O próprio gasoduto do campo de Merluza, com plataforma hibernada no litoral paulista e com capacidade relevante por ser de diâmetro de 16 polegadas, poderá entrar nessa discussão na otimização dessas transferências de produção nos estudos de novos arranjos no escoamento de gás para o continente. Certamente, esse aumento de oferta será a principal maneira de conseguirmos de fato baratear o preço do gás natural para a região Sudeste, que é um grande demandante em potencial, em especial para o futuro aumento de termogeração a gás, em bases competitivas, para o subsistema elétrico interligado Sudeste/Centro-Oeste, onde se concentra a maior tendência de crescimento da demanda de carga do país.

Assim, uma solução para resolver a eventual disputa entre as Rotas 4a e 4b, de São Paulo x Rio de Janeiro, poderia ser iniciar os estudos para verificar a viabilidade da eventual

interligação por gasoduto entre Aram e Merluza e, então, para Cubatão, atendendo a uma oferta complementar de gás para São Paulo, enquanto a Rota 4b de Bacalhau iria para Itaguaí no Rio de Janeiro.

Para o Estado do Rio de Janeiro, outra questão importante é trazer o gás do bloco BM-C-33, Pão de Açúcar, também operado pela Equinor, para Macaé pelo gasoduto Rota 5 com tratamento prévio do gás na própria plataforma. Essa região, que outrora era grande produtora e transferidora de gás natural para o sistema Rio-São Paulo-Minas Gerais-Espírito Santo, se tornou em um importante cluster de termelétricas e integrará novas demandas do Porto do Açu em São João da Barra, mais ao norte do Estado do Rio de Janeiro, com potencial para produção de produtos como hidrogênio e amônia.

Além disso, há propostas privadas para a interligação da malha marítima de gasodutos entre Rio de Janeiro e Espírito Santo, conhecida como "HubGasines". Apesar de certamente provocar polêmicas em discussões para a economia fluminense por onde esse gás se internalizaria naturalmente através de sua costa e de trazer elementos de questionamentos por ser distante do principal centro de carga elétrica e potencial de consumo industrial, essa interligação poderia, eventualmente, proporcionar uma maior flexibilidade no escoamento de gás para terra, favorecendo também a logística para conexão com a malha do Nordeste do país através do GASENE.

A definição dessas novas infraestruturas de gasodutos para levar o gás até o continente será uma questão fundamental e bastante dinâmica. Alguns estados, como o próprio Rio de Janeiro, desenvolveram um Fundo Soberano a partir de excedentes de royalties e participações, que poderiam, de alguma forma, oferecer apoio e até incentivos temporários ao consumidor industrial, criando diferenciais que ajudariam na absorção e definição de uma demanda firme mais consistente.

A aceleração de posturas mais agressivas por concessionárias de distribuição de gás natural também é um dever do Rio de Janeiro, pois ainda existem regiões específicas como a Região Serrana, Vale do Paraíba, Baixada Fluminense e Noroeste, onde a oferta de gás é inexistente ou insuficiente. Ademais, a concessão da distribuidora fluminense Naturgy vencerá nos próximos anos, o que pode gerar incertezas nos investimentos do setor de distribuição, que eventualmente poderiam ser até complementados por aportes estaduais, sem contribuir para a formação tarifária final pela necessidade de amortização de ativos de concessão.



Torna-se necessária também a discussão sobre a criação de políticas de preços especiais e diferenciadas para alguns setores com grande perspectiva de crescimento. Seja para alavancar novos projetos, como os de produção de fertilizantes nitrogenados, a petroquímica ou a redução de carbono no processamento da siderurgia, ou mesmo para agregar valor ao minério exportado com o padrão Hot Bricket Iron (HBI); esses são pontos que devem ser considerados em uma articulação entre estados, segmentos empresariais de mineração e produtoras de petróleo.

Da mesma forma, a oferta inicial de gás pode ser absorvida com o desenvolvimento de plantas de liquefação de gás (GNL), viabilizando exportações temporárias, em um primeiro momento, de parte dos volumes para o mercado europeu, fragilizado pela crise entre Rússia e Ucrânia, enquanto se desenvolve um mercado firme para grandes volumes no país. Outro aspecto em discussão é a criação de políticas tributárias e de amortização diferenciada que favoreçam a construção de gasodutos marítimos de escoamento e também os terrestres de transporte e distribuição.

Esse tema tem potencial e é pertinente, inclusive na redução dos elevados níveis de reinjeção de gás do Pré-Sal da Bacia de Santos, o que já está recebendo atenção da nova direção da Petrobras inclusive na associação de tecnologias ambientais de reinjeção de carbono. Tenho discutido bastante o tema com a ex-Diretora Geral da ANP, Magda Chambriard, atualmente promovendo discussões na FGV, no tocante a essa maior eficácia, em especial para o Estado do Rio de Janeiro. Ensaios importantes foram produzidos em 2022 no âmbito do legislativo estadual fluminense (ALERJ) quando lá atuamos.

O aumento da oferta de gás natural na região Sudeste, em bases econômicas com maior potencial, certamente aumentará a competitividade da indústria brasileira, favorecendo a geração de empregos e contribuindo para melhorias ambientais. Isso inclui a substituição de combustíveis como carvão, atualmente utilizados em diversos segmentos, como a siderurgia, que é forte nesses estados. Estamos diante de uma rara situação em que há ganhos para a economia e sinergia com políticas de ESG.



**Wagner Victor** é engenheiro, administrador, ex-Secretário de Estado de Energia, Indústria Naval e do Petróleo e ex-Conselheiro do CNPE.

MANTENEDORES FGV ENERGIA

OURO



PRATA

